

COMUNIDADE LUSO-BRASILEIRA: ASPECTO GEOPOLÍTICO

THEREZINHA DE CASTRO

Professora do Colégio Pedro II, Geógrafa
do Conselho Nacional de Geografia,
Setor de Política Internacional

1 — INTRODUÇÃO

É nítida a influência chinesa e soviética na África Tropical, exercida por meio de partidos minoritários divididos. “Na África Oriental e nas zonas de penetração portuguesa e espanhola, tanto russos como chineses têm fornecido assistência militar e técnica e os países desta região se aproveitam da ajuda, sem se comprometerem pró ou contra qualquer das duas potências” (1). O dinheiro e armas para guerrilheiros que agem nas três províncias ultramarinas portuguesas da África provêm da Tanzânia, já que é em sua capital Dar-es-Salaam que fica a sede da Organização da Unidade Africana (OUA), mantenedora para tal de um Comitê de Libertação.

Veza por outra, vem à baila no noticiário internacional o *problema das guerrilhas* em Angola, Moçambique e Guiné. É nesta última que as guerrilhas têm se mostrado mais sangrentas; tendo tido início em 1963 recebendo ordens do Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC), liderado por Amil Cabral.

No entanto, o movimento guerrilheiro já havia começado em 1961 na província ultramarina de Angola, quando a União dos Povos de Angola (UPA) proclamando a República Popular e Democrática de Angola, massacrara cerca de 1.840 brancos portugueses. A UPA tem como rival o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) ligado à linha sino-cubana; cumpre ainda citar um terceiro partido, a União Nacional Pela Independência Total de Angola (UNITA), dirigido por Jonas Savimbi.

Os distúrbios em Moçambique, posteriores aos de Angola e Guiné, só começaram em 1964 a cargo de um único partido, até o momento. Trata-se da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), dirigida pelo antropólogo de formação estadunidense Eduardo Mondlane. Dar-es-Salaam abriga a sede deste partido, de onde Mondlane, apesar de se confessar ocidentalista é acessorizado por dois marxistas Uriah Simango e Marcelino Santos, utilizando para suas guerrilhas armas fornecidas pelos soviéticos e chineses.

(1) BC Semanal n. 170, pág. 18.

Enquanto Agostinho Neto e Mario Pinto de Andrade se dividem na liderança do MPLA, Holden Roberto à frente da UPA acusa os Estados Unidos de estarem suprindo Portugal de armas participando, por isso, indiretamente, da repressão portuguesa (2).

Como conclusão à apresentação dêses diferentes partidos e sua ação guerrilheira, podemos apontar que já de início o movimento encontra-se dividido, o que redundará numa possível guerra civil a exemplo do Congo, após a independência. A independência do Congo (belga) provou ter sido imatura, mostrando a realidade social da África, de natureza tribal, muitas vezes hostis dentro de um mesmo território.

2 — PROBLEMAS GEOPOLÍTICOS

Afirma Ratzel que: “os meios revolucionários de comunicação e transporte mudaram definitivamente o papel das grandes potências continentais na política internacional”. Vendo a questão sob o ponto de vista geopolítico, Ratzel estuda a fase de transição por que passa o mundo, procurando atingir o que convencionam chamar de “*idade imperial*”, determinada pelas grandes potências apressando-se a dominarem vastos espaços (3).

Citado pelo Brigadeiro Lysias Rodrigues, Cristovam Dantas conclui que o Brasil não se inscreve “evidentemente no rol das Nações que aspiram transbordar além do seu próprio espaço vital geográfico. Temos sem dúvida alguma uma forma de imperialismo que nos é imanente, e a qual devemos jurar fidelidade. É a de nos expandirmos dentro de nós mesmos e de erigirmos no sul do Atlântico o tipo de Estado mais representativo e mais vigoroso da América Latina”. Essa posição privilegiada do Brasil deve interessar diretamente os Estados Unidos que, como líder democrata, vê o comunismo assumindo na atualidade o desejo alemão do domínio da Europa e o sonho japonês no Pacífico, causadores da Segunda Guerra Mundial. Compete portanto ao Brasil procurar apoiar-se ao núcleo geopolítico do Atlântico, transformando-o em sua parte sul num *mar luso-brasileiro*, no dizer de Garrido Tôrres. Portugal se nos oferece esta posição, propondo-nos uma *comunidade* que até hoje não foi posto em vigor. Já foram firmados os tratados que procuram entrar economicamente o triângulo Brasil — Portugal — Províncias Ultramarinas.

No entanto, outras comunidades já se encontram em pleno funcionamento — a inglesa ou Commonwealth e a francesa. Elas nada mais fizeram do que pôr em prática o jôgo mútuo dos núcleos terrestres e continentais; os primeiros procurando conseguir uma ampla saída para o mar, os outros, buscando um (4) hinterland, uma terra firme. Sob

(2) Angola — non self governing territory — Keith Irvine — December, 1953.

(3) Geopolítica do Brasil — pág. 125.

(4) Coletânea de artigos — Política y Poder en un mundo mas chico — página 33.

êste ponto de vista, afirma Edmund A. Walsh no seu artigo "Geopolítica e Moral Internacional" — "a expansão é aceita como um sagrado dever de Estado consciente de suas obrigações para com seus irmãos de sangue, de outras áreas distintas". Tal expansão brasileira, provocada pela comunidade, estaria portanto perfeitamente integrada à moral internacional.

Até bem pouco tempo, os oceanos circundantes eram para os Estados Unidos uma gigantesca e impenetrável Linha Maginot. Assim, escrevem Harrison e Weigert (5) no seu artigo "Visão Mundial e Estratégia": "só nos recentes anos compreendemos que o isolacionismo psicológico dos Estados Unidos eram em grande parte causado por uma visão antiquada do mundo". No passado eram possíveis as *políticas de isolamento e neutralidade*, combinadas com a garantia da lei e arbitramento; estas porém fracassaram em face das condições do século XX.

A trôco de que nos isolamos de Portugal que procura aproximar-se de nós e mantermo-nos neutralistas ou mesmo hostis quando se fala de suas províncias ultramarinas? Tem se atacado o *colonialismo* como execrável forma de exploração do mundo extra-europeu pelos mais grosseiros capitalistas. Procura-se no entanto por conveniência, ignorar o *satelismo*, expressão sutil que serve para designar a absoluta servidão de um Estado, independente só na aparência, com relação a uma grande Potência (6). Estudando as duas formas — colonialismo e satelismo, J. Vicens Vives (6) conclui que: "o colonialismo propende a emancipação dos povos sujeitos à dependência de uma metrópole; o satelismo tende, pelo contrário, a fazer desaparecer o corpo estatal para integrá-lo na órbita do poder preponderante".

Hoje em dia, tanto a terra quanto o mar constituem excelentes meios de comunicação com mais ou menos o mesmo custo e idênticas facilidades. No entanto, muitas vèzes o mar apresenta maiores vantagens, quando o continente é interrompido por barreiras naturais formadas por desertos, montanhas, pântanos, etc. Dêste modo, alguns portos africanos, como Dacar por exemplo, estão mais próximos da América do Sul do que as bases do Caribe. Dentro dêste conceito, podemos afirmar que a integração continental americana, defendida pelos Estados Unidos, estão numa estreita correlação com o Atlântico Sul. Por isso, escreveu Eugenie Staley em seu artigo "O Mito dos Continentes" — "o problema defensivo da América do Sul é de índole marítima, e não um problema continental, e se o domínio do mar no Atlântico Sul passar para potências rivais, nós não poderíamos estabelecer nêle bases, nem evitar que se estabelecessem os inimigos no continente" (7).

Ora, enquanto tivermos a *presença de Portugal em Angola*, se a êle nos associarmos pela Comunidade Luso-Brasileira, estaremos preservando

(5) Coletânea de artigos — Política y Poder en un mundo mas chico — página 90.

(6) Tratado General de Geopolítica — pág. 224.

(7) Coletânea de artigos — Política y Poder en un mundo mas chico — página 113.

a integração de nosso continente. No entanto, afirma Garrido Tôres que a indefinição do Brasil face aos acórdos com Portugal, resulta da "profição de fé das Delegações brasileiras na ONU em favor da auto-determinação dos povos ou seja, pelo anti-colonialismo". Mostrando que com tal atitude o *Brasil está favorecendo as manobras do comunismo internacional*, conclui o citado autor que colaboramos com tais interesses "em desfavor dos próprios numa época em que é grande a realidade de interdependência entre as nações, consagrada sobretudo, nos acórdos de integração e, quando nossa segurança nos deve merecer cuidados pela possibilidade de plataformas inimigas de mísseis no Ocidente Africano". O próprio Salazar assinalou tal fato em discurso pronunciado na sede da União Nacional (maio de 1959): "Quando se olha a imensa costa brasileira e se avalia o domínio potencial do Atlântico Sul tem de compreender-se que não é só o Portugal Continental e suas pequenas poldras atlânticas que podem bastar a segurança de vida e de expansão do Brasil; mas o Portugal, tal como é, com a vasta extensão de suas costas africanas, os seus portos e bases, a sua presença e pêso no continente negro. Só assim surge um vasto espaço marítimo em que o ascendente luso-brasileiro é inegável pelas extensões terrestres que o delimitam e os meios defensivos de que dispõe" (8).

A independência deve ter funções sólidas para ser durável. Temendo pelo futuro político do continente africano, afirma Rupert Emerson — "os nacionalistas estão se levantando em muitos pontos: o que resta indagar é se as nações respectivas já têm existência. É tentador sugerir que nas outras partes do mundo as nações precederem aos nacionalistas, que surgiram para defender a causa, enquanto na África os nacionalistas fizeram seu vigoroso aparecimento antes que as nações fôsem mais do que uma frase da imaginação oratória" (9). De fato, a colonização da América levou cêrca de 3 séculos, enquanto a presença européia na África, só começou a se fazer sentir efetivamente no século XIX. Baseando-se nesses fatos, perguntou Salazar: "Quem serão os futuros organizadores? ou melhor — Quem serão os futuros colonizadores?" (10).

O Brasil deve ver a questão de Angola sob o prisma da segurança militar da África, já que os regimes nacionalistas sucessores em Estados fracos, poderão não merecer confiança para manterem governos estáveis, defesas adequadas e economias produtivas abertas ao Ocidente. Diz J.M. da Silva Cunha que se fala muito do perigo que o comunismo representa para a África, mas que até agora a ação contra êle tem sido nula. "Suponho que ninguém negará ser impossível defender a Europa Ocidental com um dispositivo cujo flanco direito está completamente a

(8) "A Posição Portuguesa em face da Europa, da América e da África" — Secretariado Nacional de Informação — Lisboa, 1959 — pág. 8.

(9) Revista Brasileira de Política Internacional — n. 6, pág. 56. . .

(10) "Portugal e a campanha anti-colonialista" — Secretariado Nacional de Informação — Lisboa, 1960 — pág. 10.

descoberto e cujas retaguardas estão ameaçadas por posições que o inimigo já ocupou ou estão minadas pela sua propaganda". Conclui em seguida: "Depois da independência em teoria, tudo está a cargo dos novos Estados, mas na realidade é do exterior que vão os meios necessário em técnicos e em dinheiro" (11).

Se por um lado a questão de Chipre vem ameaçando os *alicerces da OTAN* com a desinteligência entre os dois de seus países — Grécia e Turquia, Portugal condiciona sua permanência nesta aliança à posição africana, segundo palavras de Marcelo Matias (12) — "ou bem somos aliados contra o comunismo e vocês nos apóiam na África, ou bem teremos que reexaminar as bases da OTAN".

Concordamos com Garrido Tórres quando aponta o Brasil fadado a ser herdeiro da mãe-pátria como nação comercial e marítima. O "Brasil já começa a viver os grandes problemas de nação industrial, que precisa de mercados externos para suas manufaturas e de fontes das matérias-primas que lhe faltam ou se mostram inadequadas e insuficientes. Daí, porque é necessário fazer com que o Atlântico Sul seja preservado num papel histórico de mar luso-brasileiro, obra que as nações do Hemisfério Norte interessadas na formação de uma Comunidade Atlântica, deveriam respaldar".

Enquanto cruzamos os braços, apoiando os apóstolos da desunião, do "nacionalismo" e isolacionismo, surgem *agrupamentos super-nacionais*, as Comunidades Inglesa e Francesa emergindo desta contenda, sob o impulso de trocas tecnológicas fundamentais, transformando-se em unidades político-econômicas de primeira ordem.

Eugenie Staley, considerando o nacionalismo como fato já desacreditado, indica-lhe para substituto o *regionalismo*, através da formação de grupos ou comunidades "de grande poderio ativo e resolutamente interessados na manutenção da paz e da ordem" (13). O ponto principal seria o interesse de fazer frente a certos problemas, imbuídos da capacidade de atuar conjuntamente. A distribuição presente da língua, grupos étnicos e outros símbolos de afinidade cultural estão aí para *fortalecer a Comunidade Luso-Brasileira*. Uma combinação marítima e aérea uniriam pontos de apoio de tôdas as rotas comerciais e estratégicas de mares e continentes onde está presente o mundo luso-brasileiro. Tais pontos se veriam unidos implicitamente a uma colaboração econômica e comunicação das idéias. Tudo isso só existirá através da Comunidade Luso-Brasileira.

(11) "Problemas atuais da África Negra" — Agência Geral do Ultramar — 1963 e "A Nação escolheu o caminho" — Agência Geral do Ultramar — 1963.

(12) "África: Geografia Social Econômica e Política — Delgado de Carvalho — IBGE — pág. 193.

(13) Coletânea de artigos — "Política y Poder en un mundo mas chico" — págs. 118.